

O novo historicismo na ciência política um encontro entre duas tradições

Introdução

Ao longo das últimas décadas, vem-se observando um contínuo e crescente interesse de teóricos e cientistas políticos nos métodos históricos e interpretativos. Neste particular, a ciência política vem experimentando, talvez até de modo relativamente tardio, influências que passaram a afetar o conjunto das ciências sociais desde a década de 1960, quando novos desenvolvimentos nos domínios da epistemologia pós-positivista e da filosofia da linguagem passaram a ser incorporados nos trabalhos de historiadores, antropólogos e sociólogos¹. É certo que o atual movimento de idéias em favor da recuperação da historicidade das ciências humanas tem se revelado essencialmente multifacetado, abrigando diferentes formas de justificação do recurso à história. Porém, para além das divergências, há uma percepção comum de que as metodologias e as técnicas heurísticas apropriadas às ciências humanas não podem passar ao largo da temporalidade dos fenômenos sociais e políticos e da natureza igualmente temporal, além de inevitavelmente interpretativa, do conhecimento sobre tais fenômenos.

¹ Para uma amostra dos principais desdobramentos desses debates no campo das ciências sociais, nas décadas de 1970 e 1980, ver: Rabinow & Sullivan (1979), Gibbons (1987), Rabinow & Sullivan (1987), Scott & Keats (2001). Um panorama mais recente dos modos de incorporação da história nas teorias sociais encontra-se em Spiegel (2005).

O que se pretende nos limites deste artigo é realizar um exame de duas modalidades de expressão do que poderíamos designar como o novo “historicismo” na teoria e na ciência política². Para isso, tomaremos como exemplares as contribuições recentes dos politólogos Mark Bevir e Kari Palonen. O primeiro é professor de ciência política na Universidade da Califórnia, Berkeley (EUA), e o segundo é professor da mesma disciplina na Universidade de Jyväskylä (Finlândia).

Embora Bevir e Palonen sejam autores de obras mais ou menos recentes, pesquisadores interessados em suas contribuições já dispõem de um considerável volume de textos para tomarem como matéria-prima de análise e crítica. Ambos publicam com incomum prolificidade, mesmo para os padrões europeus e norte-americanos. Ademais, são autores que estão à frente de inúmeros projetos acadêmicos e editoriais coletivos. Palonen é um dos fundadores do *History of political and social concepts group* (HPSCG), bem como editor da revista finlandesa *Redescriptions*, um dos principais periódicos europeus dedicados à difusão de estudos nos campos da teoria política e da história dos conceitos sociais e políticos. Bevir, junto ao cientista político inglês Rod Rhodes, é coordenador do *Interpretive political science specialist group* da *Political Studies Association* (Inglaterra). Além disso, é presidente da *Society for the Philosophy of History*, entidade ligada à Associação Americana de Filosofia, bem como um dos editores do recentemente fundado *Journal of the Philosophy of History*.

Para além do recurso explícito e declarado aos métodos históricos e interpretativos na proposição de seus programas de pesquisa no campo da ciência política, há, da parte dos autores, uma preocupação recorrente com a justificação “filosófica” da ciência política historicamente informada. O discurso reflexivo de segunda ordem é constante em seus textos, mesmo quando eles se dedicam ao exame de fenômenos empíricos específicos. Num contexto acadêmico como o atual, em que o *mainstream* da ciência política internacional é ainda fortemente refratário às práticas intelectuais que não se acomodam a certa perspectiva naturalista de ciência, a preocupação com a justificação epistemológica de abordagens alternativas nos parece uma

² Utilizamos, aqui, o termo “historicismo” numa acepção meramente descritiva para indicar formas de investigação que recorrem à história, reconhecendo a temporalidade dos fenômenos e dos conceitos sociais e políticos. Estamos passando ao largo das controvérsias sobre o significado do termo e estamos muito longe de aceitar o significado que lhe foi atribuído por Popper (1980). Para uma breve (porém precisa) abordagem da história do conceito de historicismo, ver Iggers (1995).

atitude bem-vinda e mesmo indispensável a quem queira aventurar-se além dos territórios das ortodoxias dominantes.

Outro motivo de nosso interesse nos estudos de Bevir e Palonen reside no fato de que, através de seus esforços individuais, é possível promovermos uma espécie de encontro entre duas tradições intelectuais que vêm se destacando nos debates contemporâneos sobre o papel da história na teoria política. Bevir, formado na tradição analítica anglófona, interpreta criticamente esta tradição para formular uma perspectiva que ele prefere designar como “pós-analítica”. No contexto acadêmico anglófono, é praticamente impossível se falar hoje em método na história intelectual e, em particular, na história do pensamento político, sem que se faça referência à “Escola de Cambridge”. Bevir toma como ponto de partida as contribuições dos protagonistas do grupo de Cambridge, mas dificilmente poderia ser enquadrado como mero seguidor de autores como Quentin Skinner e J. G. A. Pocock. Conforme veremos, embora Bevir veja com certa simpatia a abordagem da Escola de Cambridge, seu enquadramento das contribuições dos pensadores a ela associados caracteriza-se por uma clara disposição de afastamento crítico, bem como pela proposição de uma abordagem alternativa, destinada a lidar com os dilemas que, a seu ver, fragilizam tal abordagem.

Palonen é também um intérprete atento das contribuições dos autores do grupo de Cambridge, mas ele destaca a originalidade da abordagem de Quentin Skinner, preferindo situar tal abordagem contra o pano de fundo de outra tradição que não a britânica. Ele realiza sua interpretação das teses de Skinner mobilizando a herança intelectual do que se costuma designar, em oposição à tradição analítica anglófona, como a tradição de pensamento “continental”. Estudioso e entusiasta de Max Weber, a quem julga uma espécie de precursor da modalidade de história conceitual que iria florescer na Alemanha na segunda metade do século XX, Palonen inspira-se decisivamente no programa da *Begriffsgeschichte* (história dos conceitos), desenvolvido nas últimas décadas sob o comando do historiógrafo alemão Reinhart Koselleck.

Ainda que desenvolvam suas teses recorrendo a tradições intelectuais tão diversas entre si, como a tradição analítica anglófona e a tradição continental, Bevir e Palonen podem ser tomados conjuntamente como representantes de uma abordagem dos fenômenos políticos que desafia as perspectivas naturalistas dominantes na ciência política contemporânea. Em vez de enfatizarem

a formulação de modelos dedutivos e a busca de “leis” para a explicação das idéias, instituições e práticas políticas, os autores optam por métodos ideográficos e pela narrativa como forma de explicação, mobilizando recursos da etnografia, da descrição densa (*thick description*) e da análise retórica. O uso de tais métodos e técnicas é consistente com a visão de ambos sobre a radical historicidade e a indomável contingência tanto dos fenômenos políticos quanto do conhecimento científico possível sobre tais fenômenos.

Da história dos conceitos ao conceito de política como atividade

Kari Palonen é um dos mais ativos praticantes e divulgadores da “história dos conceitos” (*Begriffsgeschichte*). Nas décadas mais recentes, essa abordagem vem sendo associada aos trabalhos de um grupo de pensadores alemães encabeçados pelo historiógrafo Reinhart Koselleck. Koselleck – em companhia de Otto Brunner e Werner Conzer – foi responsável pela concepção e organização de um projeto editorial de grande fôlego, destinado a mapear os conceitos fundamentais empregados na linguagem social e política na Alemanha de 1750 a 1850, período de intensos conflitos e transformações, que Koselleck denominava de *Sattelzeit*. O projeto cristalizou-se num imenso dicionário, publicado entre 1972 e 1997, com nove volumes (dois somente com índices) e mais de uma centena de entradas. À diferença da maioria dos dicionários, o *Geschichtliche Grundbegriffe: historisches lexikon der politisch-sozialen sprache in Deutschland* faz de seus verbetes motivos de extensas monografias, com mais de 50 páginas em média, algumas ultrapassando as 100 páginas. Durante certo tempo, o trabalho liderado por Koselleck e as teses dele próprio permaneceram circunscritas ao universo acadêmico e lingüístico germânico. Isso começou a mudar quando Melvin Richter publicou um importante estudo divulgando sua interpretação da história dos conceitos (RICHTER, 1995). Embora o apelo de Richter para que se fizesse em língua inglesa algo semelhante ao dicionário alemão tenha encontrado pouco eco nos EUA, sua contribuição vem servindo para despertar o interesse pela história dos conceitos em vários outros países. É neste contexto de difusão da *Begriffsgeschichte* que Kari Palonen passa a dar atenção à abordagem koselleckiana, atuando ao lado de Richter na criação e organização do HPSCG.

Nossa intenção aqui é compreender algumas das linhas gerais do modo pelo qual Palonen recebe as contribuições de Koselleck, de modo a poder observar as influências da abordagem da história dos conceitos no

estilo de ciência política subjacente ao programa de pesquisas do politólogo finlandês.

Em primeiro lugar, deve-se destacar que a recepção de Palonen das idéias de Koselleck não se realiza mediante uma atitude incondicionalmente assimilativa. Pelo contrário. Seguro de seus próprios objetivos, Palonen promove uma leitura crítica e uma assimilação seletiva dos textos do historiógrafo alemão. Seu interesse reside, principalmente, na complexa teoria sobre a temporalização dos conceitos, desenvolvida pelo pensador alemão; complexa porque, como observa Palonen, “o próprio Koselleck apresenta diferentes interpretações do que significaria a temporalização dos conceitos em diferentes contextos” (PALONEN, 2007b, p. 31).

Palonen dá relevo ao que considera um ponto de inflexão na trajetória das pesquisas de Koselleck sobre o tema da temporalização e seu significado para a história dos conceitos. Inicialmente Koselleck teria enfatizado o papel da história dos conceitos como uma espécie de disciplina auxiliar da história social. Em relação a esta última, a história dos conceitos teria uma importância instrumental, consistindo num poderoso recurso de método que permitiria ao historiador social ampliar suas fontes e o próprio entendimento delas. A tese da temporalização dos conceitos ainda não ocupava um *status* teórico relevante nas formulações de Koselleck. Todavia, a partir de meados da década de 1970, ele “já trata o tempo como um tópico especial” (Id., 1999, p. 49). A partir de então, “Koselleck deixa de entender a história conceitual como uma auxiliar da história social” (Id., 1997, p. 48). Tendo em vista as formulações iniciais de Koselleck a propósito dos conceitos como “indicadores” e, ao mesmo tempo, “fatores” da experiência real, Palonen conclui que “o papel dos conceitos como ‘indicadores’ tem sido cada vez mais substituído pelo seu papel construtivo como um ‘fator’” (Id., p. 59).

A pesquisa efetiva das mudanças lexicais da linguagem política e social na Alemanha no período da *Sattelzeit* (1750 a 1850), tema central do dicionário, teria levado Koselleck ao desenvolvimento de uma “teoria dos tempos históricos”. Tal teoria aparece como pré-requisito para uma história dos conceitos, pois “a temporalização dos conceitos é um caso especial da temporalização da história” (Id., 1999, p. 50). O próprio surgimento do conceito moderno de história só se torna possível quando a temporalização passa a fazer parte da experiência humana. O conceito de história e todos os “conceitos de movimento” que lhe são subjacentes (“progresso”, “processo”, “desenvolvimento”

etc.) surgem como resultado da disjunção entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa” dos agentes sociais historicamente situados³. Quando experiência e expectativa cessam de coincidir, altera-se a percepção do tempo. O passado, o presente e o futuro, passam a contar com seus próprios passados, presentes e futuros. Para Palonen, a teoria das “camadas temporais” de Koselleck parte da constatação de que “a temporalização de conceitos significa uma mudança no próprio paradigma de conceitos, de conceitos orientados no espaço ou ‘topologias’ para os novos ‘conceitos de movimento’” (Id., 1999, p. 50).

A apreensão lingüística da experiência temporalizada seria inviável sem o recurso a metáforas: “o caráter metafórico dos conceitos históricos é uma pré-condição para a teoria dos tempos históricos de Koselleck”. Particularmente relevante para o projeto de Palonen é sua constatação de que “uma consequência da metaforização dos conceitos é a sua dessubstancialização. Ela permite sua temporalização e faz com que os ‘sujeitos históricos’ constituídos sejam sempre relativos àqueles dos agentes opostos” (Id., 1997a, p. 58).

A interpretação de Palonen sobre a contribuição de Koselleck amplia a importância dos elementos lingüísticos na constituição dos conceitos⁴. O teórico finlandês procura trazer a história dos conceitos para o leito de um nominalismo radical, cuja origem se encontraria na concepção “perspectivista” das humanidades, presente em pensadores como Nietzsche e Weber. Concomitantemente à acentuação da natureza lingüística dos conceitos sociais e políticos, Palonen busca estreitar as conexões entre a temporalização e a politização dos conceitos. Recorre à noção de “camadas temporais” de Koselleck, mas em vez de adotar a classificação criada pelo pensador alemão, que se refere aos “tempos dos acontecimentos, dos processos, das transformações de longa duração e das transições do tempo meta-histórico para o histórico”, Palonen propõe uma nova classificação. Agora as “camadas temporais” passam a ser definidas em termos de “oportunidade, *momentum*, extensão temporal e calendário”, conforme esclarece o autor:

³ Sobre as categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, ver o ensaio clássico de Koselleck (2006, p. 306-27).

⁴ Ainda que Koselleck jamais deixe de apoiar-se numa distinção entre os fatores lingüísticos e os “extralingüísticos” na constituição dos conceitos, a partir da segunda metade dos anos 1960 ele passa a associar-se mais claramente com a idéia de que a história dos conceitos deve dar uma espécie de prioridade para os fatores lingüísticos, uma vez que “as condições e fatores extralingüísticos que entram na composição da história só podem ser apreendidos por meio da linguagem” (KOSELLECK, 2006, p. 268).

camadas temporais sublinham não somente o momento de ruptura, mas também sua *Veralltäglicung* [“cotidianização”], no sentido weberiano. A oportunidade refere-se aos momentos de dissolução de quaisquer categorias e hipóteses supra-políticas. *Momentun* se refere, seguindo John Pocock em *The machiavellian moment* [1975], a uma constelação de poder que liga uma instância de ruptura inicial a um período posterior. A extensão temporal alude às linhas divisórias futuras como condição de tempo político limitado que, não obstante, pode se transformar em ocasião para mudança. [...] O calendário atribui um índice temporal às atividades ao tratá-las como itens de uma agenda política que permite inclusões e alterações (Id., 2007a, p. 33).

Palonen apresenta, como objetivo de sua classificação, a superação da dicotomia, ainda presente em Koselleck, entre processos e acontecimentos. Podemos acrescentar que a classificação de Palonen pressupõe um grau mais elevado de interdependência entre temporalização e politização, introduzindo uma modificação fundamental no amplo esquema da *Begriffsgeschichte* koseleckiana. Mediante a incorporação das concepções de Quentin Skinner, Palonen desenvolve um programa de história conceitual que, consistente com sua ênfase na politização, objetiva estabelecer a “primazia do tempo curto sobre o tempo longo” (Id., 2007, p. 33). Uma maneira de apresentar resumidamente a abordagem de Palonen consiste em dizer que ela representa uma tentativa de combinar a teoria koselleckiana da temporalização dos conceitos com as contribuições de Skinner sobre o papel das disputas retóricas na constituição e transformação dos conceitos políticos.

Do mesmo modo que Palonen interpreta crítica e seletivamente a trajetória intelectual de Koselleck, ele também incorpora, de modo muito particular, as teses de Skinner (Id., 2003; 1997b). O ponto de partida de Palonen é a atenção que Skinner vem dando, especialmente em seus estudos mais recentes, ao problema da retórica na história do pensamento político. Palonen avalia que a intenção de Skinner, subjacente ao esforço de recuperação da tradição humanista da *ars rhetorica*, não consiste numa simples eleição de um objeto de estudos, entre inúmeros outros possíveis. O que Skinner julga relevante estudar do passado é apontado como algo intimamente relacionado ao próprio modo como o autor concebe a natureza da teoria política. Para além da “virada lingüística” e da “virada interpretativa”, Skinner protagonizaria o que Palonen define como uma “virada retórica” nas Ciências Humanas. Embora a ênfase na reconstituição da tradição retórica seja mais evidente nos estudos mais recentes de Skinner, Palonen procura rastrear a

virada retórica skinneriana desde os primeiros estudos do autor no começo da década de 1960. Examinando os ensaios metodológicos da primeira fase da obra de Skinner, o teórico finlandês descobre, na teoria dos atos de fala (*speech-acts theory*), a qual Skinner toma de empréstimo de filósofos da linguagem ordinária influenciados por Wittgenstein, o embrião da virada retórica radicalizada nos textos publicados ao longo da década de 1990.

Já em seus primeiros ensaios metodológicos, Skinner insurgia-se contra uma modalidade de história das idéias voltada para o estudo da dimensão “intemporal” das idéias dos autores clássicos. Sob a influência do filósofo inglês Robin Collingwood, Skinner argumentava que não há problemas perenes na história do pensamento; tudo o que há são respostas particulares e datadas para problemas particulares. Inútil, portanto, exigir dos grandes mestres do passado as respostas para os problemas de nossa época e de nossas sociedades atuais, partindo-se do equivocado pressuposto de que os autores clássicos escreveram seus textos com a intenção de educar gerações futuras. Skinner compreende cada enunciado do passado, independentemente da posição de seus autores nos cânones atuais, como um “lance” (*move*) em debates intelectuais nos quais o autor procura intervir de modo a criticar ou legitimar instituições ou cursos de ação. A escritura de um texto político representa algo mais do que a simples constatação ou descrição de estados do mundo. A escritura de um texto político é – ela própria – uma forma de ação. Ao escrever um texto, o autor não somente estaria *dizendo* algo, mas principalmente *fazendo* algo. “O que o autor estava fazendo ao dizer o que disse?": eis a questão norteadora da metodologia interpretativa de Skinner.

Conforme esclarece Palonen, essa concepção do texto como registro da ação intencional de seu autor permite a Skinner estabelecer um foco analítico mais centrado nos agentes (autores, no caso), e no próprio agir, do que nas causas ou nos resultados da ação, afastando o determinismo e o funcionalismo dominantes nas ciências sociais nas décadas de 1960 e 1970. Nisso residiria uma das mais notáveis distinções do método de Skinner: o estabelecimento da prioridade da “experiência vivida” sobre as abstrações intelectuais, conseqüência do reconhecimento do primado da ação no universo da política. Para Skinner, mesmo os mais geniais pensadores políticos, autores dos tratados mais abstratos e sistemáticos, encontravam-se irremediavelmente envolvidos nas disputas políticas e intelectuais de suas épocas. Assim, somente quando os consideramos dentro de seus respectivos contextos

de convenções lingüísticas e normativas, podemos almejar a compreensão histórica de seus textos. O pensador político deve ser compreendido como um tipo específico de político, um político que age em contextos de disputas retóricas em torno de conceitos mediante os quais não somente compreendemos, mas, principalmente, legitimamos ou contestamos instituições e práticas políticas.

Para Palonen, a teoria da temporalização dos conceitos de Koselleck e a teoria da ação lingüística – traduzida em termos de redescrição retórica – de Skinner são perfeitamente complementares. Tal complementaridade é obtida mediante a recepção dessas teorias pela via do nominalismo e do “perspectivismo” que Palonen recupera em Max Weber, o mais relevante pensador do século XX a dar-se conta da presença central e inerradicável da contingência no mundo da política. Em vez de procurar neutralizar ou “domar” a contingência, como o fazem a maioria dos teóricos políticos contemporâneos com seus “modelos” dedicados à construção de leis, regularidades naturais, funções etc., Weber compreende a contingência como uma possibilidade de compreensão e explicação da política:

Na verdade, liberdade e ação, conduta na vida e política, são para Weber aspectos mais ou menos diferentes para nomear o mesmo complexo contingencial [...] no nominalismo weberiano, as escolhas políticas são sempre ações de indivíduos que estão em uma relação insegura com seus oponentes, aliados, e amigos (Id., 1999, p. 537-8).

Assim, a abordagem weberiana da política,

tenta conceitualizar a atividade efêmera, fluida, frágil e contingente da política, sem reduzir sua contingência. Nesse sentido, contingência não é, para ele, nem meramente residual, nem fortuna, mas o conceito de Chance lhe oferece um princípio de inteligibilidade da atividade contingente (Id., 2007b, p. 73).

Esta perspectiva weberiana, que Palonen reconhece também em Koselleck e Skinner, favorece uma modalidade de teorização política levada a efeito pela história dos conceitos, abordagem que se apresenta como crítica e alternativa aos estilos dominantes de teorização política. Contrapondo-se de maneira evidente à perspectiva naturalista inerente às abordagens dominantes na ciência política, a teorização pela via da história dos conceitos, por outro lado, também se distancia do normativismo “contratualista” de pensadores

liberais e deliberativistas, tais como Rawls e Habermas (Id., 2002a). Diferentemente dos estilos dominantes, a teorização política pela via da história dos conceitos reconhece a necessidade de levar a sério a centralidade do tempo na constituição dos conceitos sociais e políticos. Reconhece a contestabilidade inerente a tais conceitos e o caráter sempre precário e incompleto do esforço de conceituação (outro tema enfatizado por Weber). Mais: ao revelar as descontinuidades entre o passado e o presente, a história dos conceitos revelaria também a natureza contingente do presente. O mundo é como é, mas poderia ser diferente. Palonen destaca a superioridade do potencial crítico e analítico da história dos conceitos, sobretudo quando cotejada com teorias que fazem abstração do tempo e da história, teorias que ignoram a natureza contingente da atividade política. Palonen defende a história dos conceitos como uma espécie de subversão da teoria política normativa, renunciando ao ideal de construção de “pontos arquimedianos”, de noções “neutras” e insensíveis ao fluxo do tempo e aos efeitos da contingência – vide noções como as de “posição original” (Rawls) e “situação ideal de fala” (Habermas).

Tal maneira de compreender a teoria política levou Palonen a um ambicioso projeto de pesquisa. A medida de suas intenções pode começar a ser avaliada quando o autor afirma que sua tese é a de que as mudanças temporais mais dramáticas nas práticas políticas não teriam ocorrido no período da *Sattelzeit* (que Koselleck julgava como uma terceira revolução, depois da francesa e da industrial), mas, sim, no decorrer do século XIX e no começo do século XX. É durante esse período que ocorre de modo efetivo e acelerado “um conjunto de mudanças que vagamente chamamos de democratização” (Id., 2007a, p. 34).

A intensificação da democratização se manifesta tanto na expansão do instituto do sufrágio quanto na parlamentarização da vida política. Em ambos os casos, a atividade daqueles que fazem política, quer quando competem por votos, quer quando lutam com palavras no parlamento, assume uma importância decisiva. Radicalizando e invertendo a tese skinneriana do teórico como um tipo de político, Palonen procura compreender o político como um tipo de teórico. Advoga que “nós devemos renunciar ao nosso desprezo acadêmico generalizado pelos políticos. É hora de levar sua ação, fala e pensamento a sério. Nós podemos não apenas, *pace* Skinner, ler teóricos como políticos, mas também olhar o reverso da moeda e ler políticos como teóricos” (Id., 2005, p. 359). Também neste ponto, é a contribuição de Weber que soa decisiva para Palonen:

a reabilitação weberiana do político é uma variante normativa radical de uma re-descrição retórica de conceitos [...]. Considerado historicamente, Weber sinaliza o fim do que eu chamaria de “política de cavalheiros”. Os velhos lugares-comuns [*topoi*] da política, como “o interesse público” ou “o bem comum”, passaram a ser entendidos como contestáveis em si mesmos. Há critérios extrapolíticos ocultos por toda parte no caráter contingente, antinômico, conflituoso e histórico da política e no caráter político da situação humana. A reabilitação do político feita por Weber é, assim, concomitante a sua ênfase no valor da própria política (Id., 2002b, p. 136).

O interesse de Palonen em compreender as mudanças ocorridas no vocabulário político europeu ao longo dos séculos XIX e XX resultou em seu recente e abrangente estudo sobre a história do conceito de política (Id., 2006). Sua contribuição consiste em desenvolver a tese de que, durante o referido período, teria surgido um novo vocabulário para a nomeação dos fenômenos políticos. Um conceito de política como “atividade” ter-se-ia sobreposto às concepções anteriores e alternativas de política como “disciplina” e de política como “esfera”. Mais exatamente, o conceito de política como atividade correspondeu a uma continuidade e superação do conceito de política como disciplina, ao mesmo tempo em que se afirmou no confronto com seu rival, o conceito de política como esfera. O conceito de política como disciplina é uma herança do pensamento antigo, que consiste na caracterização da política como uma arte ou uma ciência, enfim, como um conjunto de conhecimentos ou habilidades próprios de determinados agentes. Esta visão, que se transmite à modernidade a partir do Renascimento, teria entrado em declínio a partir do começo do século XIX, quando a concepção de política como esfera, já presente no pensamento contratualista, começa a ocupar um lugar cada vez mais proeminente no discurso político. A política passa a ser nomeada por meio de um conjunto de metáforas espaciais como “esfera”, “reino”, “setor”, “arena”, “palco”, “cena” etc. (Id., 2006, p. 56). Tanto o conceito de política como disciplina quanto o conceito de política como esfera são incapazes de incorporar o tempo em suas estruturas. A temporalização do conceito de política só se evidencia no conceito de política como atividade. Palonen relaciona nove *topoi* da retórica derivadas do conceito de política como atividade: “irregularidade, julgamento, políticas (*policy*), deliberação, compromisso, contestação, possibilidade, situação e jogo” (Id., p. 256). Não há espaço aqui para examinarmos mais de perto o significado desses lugares discursivos e seu papel na concepção de política como atividade. Resta-nos

concluir destacando que é por meio desses *topoi* que Palonen procura dar corpo à sua abordagem retórica da política, ao mesmo tempo em que busca elaborar um conceito de política compatível com a natureza temporal, contável e contingente tanto dos fenômenos políticos quanto do conhecimento sobre tais fenômenos.

Da lógica da história das idéias à ciência política interpretativa

Se a obra de Palonen exemplifica um programa de historicização da ciência política influenciado pela rica tradição de pensamento alemão, a obra do teórico inglês Mark Bevir encontra-se imersa na tradição da filosofia analítica anglófona. Embora a inserção institucional de Bevir tenha ocorrido sempre em departamentos universitários de ciência política, suas publicações versam sobre variados temas em diferentes domínios das humanidades, domínios que incluem epistemologia das ciências humanas, filosofia da história, história intelectual, teoria política e ciência política empírica.

Nossa intenção aqui é explorar as conexões entre duas dimensões da obra de Bevir: sua teoria da história, forjada a partir do debate anglófono sobre a questão do método na história intelectual, e seu programa para uma “ciência política interpretativa”. Um exame adequado do programa de pesquisas de Bevir no campo da ciência política deve tomar como ponto de partida suas contribuições no âmbito da teoria da história, pois é neste âmbito que são apresentados os conceitos que se encontram na base do modo peculiar do autor entender e praticar a ciência política.

Parece certo que o acentuado interesse que pesquisadores de diferentes campos de conhecimento vêm demonstrando nas contribuições de Bevir relaciona-se com a repercussão de seu livro de estréia, *The logic of the history of ideas*, publicado em 1999⁵. Nessa obra, além de tratar da lógica específica da história das idéias, como sugere o próprio título, o autor também procura dar curso a uma ambição mais ampla: “Minha lógica nos fornece [...] a base de uma lógica geral da história, cobrindo não apenas idéias ou crenças, mas também ações, instituições e assemelhados” (BEVIR, 1999, p. 316). O autor favorece um tipo de justificação filosófica de inspiração histórica e

⁵ Além de ter sido examinado em inúmeras resenhas individuais, o livro já foi objeto de números especiais e simpósios organizados por vários periódicos nas áreas de teoria da história e filosofia. Por exemplo: *Rethinking history*, v. 4 (2000), p. 351-72; *History of European ideas*, v. 28 (2002), p. 1-117; *Philosophical books*, v. 42 (2001), p. 64-86; *History of human sciences*, v. 15 (2002), p. 102-25; *History and theory*, v. 41 (2002), p. 198-217.

interpretativa para as ciências humanas. Contudo, assumindo uma posição própria no interior do amplo debate entre diferentes perspectivas historicistas, Bevir define sua filosofia como “pós-analítica”, “antifundacionalista” e “intencionalista” (Id., p. 310).

Bevir toma como ponto de partida de sua reflexão o debate anglófono sobre “método” em história intelectual. Sua intenção declarada consiste em favorecer uma nova perspectiva para a compreensão do debate. Abandona a preocupação “metodológica” para assumir uma abordagem voltada para o estudo da “lógica” da história das idéias, entendendo essa lógica como uma “disciplina de segunda ordem”, cujo intento é examinar as “formas de raciocínio apropriadas a uma disciplina de primeira ordem” (Id., p. 26); ou, ainda, numa formulação tributária de Wittgenstein, como a “gramática dos conceitos” que opera em disciplinas de primeira ordem, tais como história intelectual e outras disciplinas das ciências humanas. Bevir mobiliza o estilo e a herança da filosofia analítica, porém distancia-se das formulações convencionais dessa tradição filosófica, as quais repousam na distinção entre enunciados sintéticos e enunciados analíticos. Prefere caracterizar sua filosofia como “pós-analítica”, posição derivada do holismo semântico propugnado por pensadores como Wittgenstein, Quine e Davidson, críticos dos pressupostos da filosofia analítica tradicional.

De modo a abordarmos a contribuição de Bevir de forma mais próxima às preocupações que estiveram subjacentes à nossa análise das teses de Palonen, começaremos pelo exame do encontro de Bevir com a “Escola de Cambridge”. O próprio autor revela que seu interesse em teoria da história foi despertado a partir de seu contato com o debate em torno da metodologia de Skinner e Pocock. “O que efetivamente sei é que o trabalho de Quentin Skinner, claramente influenciado pela filosofia analítica, foi o primeiro a estimular minha curiosidade a respeito de questões pertinentes à lógica da história das idéias” (Id., 1999, p. ix). Bevir afirma estar de acordo com as críticas dos membros da Escola de Cambridge a determinadas abordagens na história das idéias. “Assim como Skinner, eu me opus aos relatos da história das idéias como estudo seja de presenças eternas, seja de uma tradição épica incorporando conexões lógicas, relatos que possuem, respectivamente, uma aura demasiado platônica ou demasiado hegeliana” (Id., p. 315). Não obstante tal demonstração de simpatia, o impulso que move Bevir ao encontro de Skinner e Pocock é principalmente um impulso crítico: “Embora

os debates em torno do trabalho de Skinner, e também de J. G. A. Pocock, tenham estimulado inicialmente minha curiosidade a respeito da lógica da história das idéias, eu logo me vi afastando-me de seu âmbito” (Id., p. x). A principal razão deste afastamento estaria no fato de que

Skinner e Pocock objetivam primordialmente definir um método para a história das idéias. Procuram descrever a maneira apropriada de recuperar o significado de um texto. São seus métodos específicos que, então, os habilitam a descartar outras maneiras de fazer as coisas, notavelmente aquelas que negam a autonomia da história das idéias, focalizam a coerência dos textos, ou consideram sua relevância contemporânea. Em contraste, decidi que nenhum método pode constituir uma forma de justificação. Um método pode desempenhar um papel heurístico útil, mas não pode nos dar uma garantia lógica da objetividade de um entendimento sobre uma obra (Id., p. x).

Esta recusa em reduzir a objetividade do conhecimento histórico a uma simples questão de escolha do método correto é apenas a objeção mais ampla de Bevir à Escola de Cambridge. Numa série de artigos que antecederam à publicação de seu livro sobre a lógica da história das idéias, Bevir realiza um rigoroso escrutínio do método do “contextualismo lingüístico”, atribuído ao grupo de Cambridge (Id., 1992; 1994; 1997). Começa assinalando distinções entre a perspectiva metodológica de Pocock e a de Skinner, ao contrário da maioria dos críticos do contextualismo lingüístico, que tende a apresentar de modo excessivamente homogêneo as abordagens de ambos. É verdade que tanto Pocock quanto Skinner estão comprometidos com um princípio metodológico que advoga que a recuperação do significado de determinado texto na história só é possível quando o texto é situado no contexto lingüístico em que se origina. Todavia, para Pocock, este contexto é tecido por “linguagens” compreendidas como “paradigmas” que informam o significado do texto. Já para Skinner, o contexto lingüístico é formado pelas convenções normativas que governam o tratamento de temas sobre os quais os autores se pronunciam em determinada situação. A compreensão do significado de um texto depende da possibilidade de se reconstituir a intenção de seu autor no contexto de convenções lingüísticas em que tal intenção opera. Pocock dá ênfase aos paradigmas lingüísticos, Skinner, às ações lingüísticas. Esta ênfase de Skinner no papel da intenção autoral para a compreensão do significado de um texto interessa muito mais a Bevir do que a ênfase de Pocock nas propriedades explicativas das linguagens como paradigmas. Para

Bevir, “contextualistas lingüísticos rigorosos, como Pocock, permitem que os autores se desloquem furtivamente para o palco histórico, mas apenas para restringi-los a papéis insignificantes como porta-vozes instrumentais daqueles paradigmas de roteiros constitutivos de seu arcabouço conceitual” (Id., 1992, p. 278).

A proximidade de Bevir em relação à perspectiva de Skinner é, contudo, relativa. Embora o intencionalismo seja um forte fator de união entre esses autores, é também um fator de afastamento. No âmbito de um amplo projeto de reforma da abordagem intencionalista na história intelectual e na ciência política, Mark Bevir distingue duas modalidades de intencionalismo: o “intencionalismo forte” e o “intencionalismo fraco”⁶. O intencionalismo skinneriano teria a vantagem de evitar inconsistências do intencionalismo forte, que tende a reduzir as intenções do autor às suas intenções conscientes, o que sugere um “conhecimento infalível” por parte do autor acerca do significado de seus proferimentos. Isso deixa de lado, indevidamente, as intenções (crenças) pré-conscientes ou inconscientes dos autores, as quais não devem ser desprezadas na tentativa de recuperação do significado histórico (hermenêutico) do proferimento (Id., 1999, p. 70).

Bevir reconhece que Skinner, mediante sua distinção entre “motivos” e “intenções” autorais (SKINNER, 1988), procura distanciar-se da tendência de identificar a noção de intenção autoral com os propósitos originais dos autores, propósitos antecedentes ao – e contingentemente conectados com o – enunciado. O erro de Skinner estaria na identificação do significado histórico de um texto com a força ilocucionária incorporada nos enunciados do texto, o que o leva a enfatizar, no processo de compreensão, os “desejos” e “pró- atitudes” de um dado autor, em vez das “crenças” que ele sustenta. Para Bevir, não se trata de “excluir todos os desejos do aspecto intencional da ação”, mas de defender o ponto de vista de que tais desejos “não entram no significado hermenêutico de uma obra” (BEVIR, 1999, p. 69). A preocupação do intencionalismo fraco deveria ser mais com o universo de “crenças substantivas” de determinado autor do que com desejos e pró- atitudes contidos na intenção ilocucionária. Além disso, Skinner compartilharia com o intencionalismo forte o equívoco de ignorar o papel dos leitores na atribuição de significado

⁶ Conforme esclarece o autor em relação à natureza de seu projeto, “ao distinguir entre duas variedades de intencionalismo, estou menos preocupado em distanciar-me de outros intencionalistas do que em desarmar críticos que têm mal compreendido o intencionalismo” (BEVIR, 1999, p. 68).

a um determinado texto, fazendo da intenção do autor o critério exclusivo de tal atribuição. De acordo com Bevir, Skinner parece assumir que os textos têm significados em si mesmos, não importando o que seus intérpretes e leitores pensem a seu respeito. Do ponto de vista histórico, o significado que o texto carrega consigo teria sido determinado pela intenção de seu autor no contexto original de sua produção. Bevir, por seu turno, argumenta que textos não têm significados em si mesmos. Sem a intervenção humana, textos nada mais são do que marcas registradas em papel ou outro meio físico. São os indivíduos (tanto autores quanto leitores), dotados de “capacidade de agência”, que atribuem significados aos textos que interpretam (Id., 2000d). Ou seja, a busca pelo significado de um texto ou enunciado do passado deve sempre ser acompanhada da pergunta sobre *quem* (indivíduos ou grupos de indivíduos, autores ou leitores) sustentava tal significado. A partir dessa constatação, Bevir defende aquilo que ele define como um “individualismo procedimental” na história das idéias (Id., 2000b).

Bevir objetiva explicitar o que os historiadores de fato fazem quando logram atribuir significados aos textos do passado. O significado histórico (ou hermenêutico) está sempre conectado às crenças de determinado indivíduo. Compreender a crença expressa por um indivíduo equivale a compreender a “intenção fraca” de tal indivíduo, o que, por sua vez, equivale a compreender o significado histórico ou hermenêutico do texto⁷. Assim, todo historiador interessado em textos como registros de crenças expressas deve primeiramente situar a crença expressa por determinado indivíduo na rede de crenças (*web of beliefs*) desposada por tal indivíduo. Ancorado no holismo semântico, Bevir assume que as crenças expressas não podem ser compreendidas separadamente, uma a uma, ou cotejando-se cada uma delas com os “fatos puros”:

Os argumentos dos holistas semânticos solapam os intentos dos empiristas lógicos para construir lógicas de justificação ou refutação. Eles o fazem, além do mais, sem

⁷ Bevir distingue entre três tipos de significado: o significado semântico, o significado lingüístico e o significado hermenêutico. Enquanto o significado semântico atém-se à definição das condições de verdade dos enunciados e o significado lingüístico define-se pelas convenções estabelecidas cultural e socialmente para a compreensão dos enunciados, o significado hermenêutico refere-se aos enunciados como expressões de crenças de indivíduos particulares em condições particulares. Bevir sustenta que o significado semântico e o significado lingüístico são sempre formas de abstração do significado hermenêutico, e que os historiadores devem tomar sempre este último como seu objeto de inquirição. Ver Bevir (1999, cap. 2).

levar em consideração a análise precisa que fazemos do status epistemológico da lógica formal e do conhecimento filosófico. O holismo semântico começa por rejeitar a experiência pura e termina por insistir que as crenças se defrontam com a realidade apenas como redes interconectada (Id., 1999, p. 95).

Assim, o processo de interpretação obriga o historiador a situar uma crença expressa na rede de crenças mais ampla do autor. Pode fazer isso, por exemplo, recorrendo a outros textos do mesmo autor, além daqueles que são o foco da sua atenção imediata. Mas isso não é tudo, pois embora Bevir favoreça um “individualismo procedimental”, sua análise requer também a inserção das redes de crenças de indivíduos particulares no âmbito das tradições intelectuais herdadas por esses indivíduos em seus processos de socialização. O conceito de tradição reveste-se de fundamental importância, uma vez que ele confere um patamar mais elevado de agregação à teoria de Bevir. É preciso frisar que, para Bevir, o conceito de tradição assume conotações muito distintas daquelas encontradas na utilização mais corriqueira do conceito, presente sobretudo em autores vinculados a perspectivas conservadoras, tais como Michael Oakeshott e Leo Strauss. Bevir defende um conceito dessubstancializado, antiessencialista de tradição:

As tradições não são entidades fixadas que desempenham um papel judicial em nossa compreensão; elas não nos possibilitam avaliar crenças e ações específicas por comparação a conjuntos de crenças e ações supostamente privilegiadas ou a conjuntos de experiências e ações supostamente autênticas. As tradições são antes entidades, passíveis de transformações, que exercem um papel instrumental em nossa compreensão: elas nos ajudam a explicar uma crença ou ação específica relacionando-a a crenças ou ações relevantes anteriores (Id., 2000c, p. 44).

No esquema de Bevir, o conceito de tradição substitui os conceitos de “estrutura”, “paradigma” ou “episteme”, presentes em outras abordagens. O autor argumenta que sua preferência pelo conceito de tradição decorre do fato de que os conceitos alternativos acabam sempre por dar excessiva ênfase aos fatores que “determinam” ou “limitam” a agência individual. A tradição, por outro lado, tal como concebida por Bevir, consiste, sobretudo, num recurso analítico, uma espécie de “ponto de partida” para a análise das crenças expressas por indivíduos. A tradição fornece um *background* contra o qual é possível começar o processo de entendimento da crença. Todavia,

embora a tradição possa “influenciar” o processo de formação da crença individual, ela não “determina” e nem mesmo “limita” este processo. Os indivíduos não absorvem passivamente os ensinamentos de uma tradição supostamente constante. O núcleo das proposições de Bevir sobre o papel da tradição para a compreensão dos significados das crenças expressas por indivíduos no passado reside na idéia de que as pessoas apropriam-se seletivamente das tradições que interpretam. E o fazem porque são dotadas de “capacidade de agência”. Assim,

em virtude de as pessoas desejarem aperfeiçoar a tradição herdada, tornando-a mais coerente, mais acurada, e mais relevante para as questões contemporâneas, elas efetivamente reagem a ela de maneira mais seletiva: aceitam algumas de suas partes, modificam outras e rejeitam outras. As tradições se transformam ao serem transmitidas de pessoa a pessoa (Id., 2000c, p. 39).

Indivíduos modificam as tradições às quais recorrem, bem como as redes de crença que sustentam sempre que se deparam com “dilemas”. Um dilema é definido como “uma nova crença que, simplesmente pelo fato de alguém a aceitar como verdadeira, coloca para esse alguém uma dúvida com relação a suas crenças preexistentes [...] Um dilema surge, portanto, sempre que as reflexões das pessoas com relação a suas experiências levam-nas a adotar um novo entendimento como impositivo” (Id., 2003a, p. 58; 61). A noção de dilema procura ser mais ampla que as noções de “anomalia” (Kuhn) e “problema” (Popper). Essas últimas surgiram do campo da epistemologia e estão muito estritamente dirigidas para o estudo das mudanças das crenças científicas. Já a noção de dilema tem uma conotação mais ampla: “Sempre que passamos a acreditar em algo novo, nos defrontamos com o dilema de como fazer para incorporá-lo em nossa rede de crenças” (Id., 2003a, p. 59).

Antes de esboçarmos as linhas gerais do programa da ciência política interpretativa de Bevir, resta observarmos, ainda que brevemente, um último e fundamental ponto de sua teoria da história. Como indicamos de passagem, o autor rejeita veementemente o fundacionalismo comprometido com a fé na acessibilidade dos “fatos puros” e na existência de uma “razão universal”. Nosso acesso aos fatos é sempre parcialmente constituído pelas crenças que sustentamos e nossos padrões de racionalidade são sempre localmente situados. Sem dúvida, tal anti-fundacionalismo deve algo às abordagens pós-

modernas contemporâneas na história e nas humanidades. No entanto, Bevir não aceita o pacote completo oferecido por tais abordagens, por avaliar que elas incorrem num equívoco que é o oposto do equívoco dos fundacionalistas. Os teóricos pós-modernos padecem de um ceticismo radical quanto às possibilidades de conhecimento objetivo da história e do mundo social e político, dando curso a um inaceitável relativismo conceitual. Ou seja, Bevir apóia-se nos pós-modernos para sua crítica do fundacionalismo, mas afasta-se deles o bastante para continuar cultivando um ideal de objetividade e validação do conhecimento. Se a objetividade não pode mais ser aferida com o apelo aos “fatos puros” e à “razão universal”, isso não impede que recorramos a fatos intersubjetivamente compartilhados e a uma forma de racionalidade situada. Mais: como a objetividade também não pode ser assegurada pelo método empregado na interpretação, uma vez que um método sofisticado pode resultar numa interpretação pobre, o que importa para o julgamento dos pleitos de objetividade de uma interpretação é seu resultado final. Mais exatamente, a objetividade ampara-se na comparação entre interpretações rivais de um mesmo fenômeno. Tais interpretações devem ser comparadas com base em um conjunto de critérios conceptuais. A objetividade deve ser compreendida muito mais como um conjunto de procedimentos do que como um resultado final assegurado pela correta aplicação de um método, seja este qual for. Conforme resume o próprio autor:

Nossa lógica de comparação contém uma forma de justificação apropriada à história das idéias. Os historiadores podem justificar suas teorias mostrando-as como objetivas, objetividade que, no caso, não resulta de um método, nem de um cotejamento com fatos puros, mas antes da comparação com teorias rivais. Os historiadores podem justificar suas teorias relacionando-as, em comparação com suas rivais, a critérios de exatidão, extensão, consistência, progressividade, fecundidade, e abertura (Id., 1999, p. 104; 1997).

Não é o momento de alongarmos no exame deste ponto. Deixemos em suspenso, por exemplo, a análise do autor sobre o papel crucial da crítica e da “honestidade intelectual” na definição procedimental de objetividade. Não há espaço tampouco para avaliarmos o encontro do autor com seus inúmeros críticos e comentaristas. Passemos ao exame de seu programa de pesquisas para a ciência política.

Parece bastante evidente que a defesa de Bevir da “ciência política interpretativa” inspira-se diretamente nas concepções sobre a lógica da história das idéias acima esboçadas. Seus estudos no campo da ciência política desenvolvem-se em pelo menos três dimensões articuladas: 1) a justificação “epistemológica” da ciência política interpretativa; 2) a história da ciência política no século XX; e 3) estudos sobre o conceito e a prática da “governança”, focados especialmente no caso inglês das últimas décadas. Nesta última dimensão, que remete ao esforço de aplicação empírica da ciência política interpretativa, é necessário mencionar o trabalho conjunto de Bevir com o cientista político inglês Rod Rhodes. Rhodes é autor de numerosos estudos empíricos sobre o Estado britânico, e sua colaboração com Bevir tem sido fundamental para a demonstração das potencialidades de aplicação empírica da ciência política interpretativa (BEVIR & RODES, 2003; 2006, dentre outros).

A ciência política interpretativa é uma disciplina primordialmente interessada em compreender os significados que as pessoas atribuem a idéias, ações, práticas e instituições políticas. Bevir e Rhodes inscrevem-se em uma tradição que concebe as ciências humanas como disciplinas históricas e ideográficas, incompatíveis com os modelos naturalistas de explicação. A este propósito, os autores referem-se ao construtivismo de Collingwood, também inspirador da Escola de Cambridge:

Collingwood insiste em que o conhecimento é ‘*criado*, e não *descoberto*, porque a evidência não é uma evidência até que torne algo evidente’ [...] Isso não significa que não existam ‘*fatos*’, apenas que os historiadores em parte constroem esses fatos. As ciências humanas são construídas e conformadas por seus conceitos e teorias. As interpretações resultantes são sempre incompletas e sujeitas a serem contestadas. Tal visão das ciências humanas contrasta significativamente com as que comumente se encontram na ciência política, onde é grande a influência de modelos provenientes da ciência natural (Id., 2003).

As ciências humanas requerem uma forma específica de explicação: a *narrativa*. Enquanto nas ciências naturais o conceito de explicação refere-se à descoberta de leis causais que regem as relações entre objetos, na história e nas ciências humanas a explicação “trata das ações a partir da referência a crenças e pró-attitudes” (BEVIR, 2000a, p. 11). Isto se aplica à ciência política.

As explicações das ações, das práticas e das instituições políticas não podem realizar-se sem que se recorra às crenças e desejos dos agentes envolvidos em tais ações, práticas ou instituições políticas.

Qualquer forma de explicação funciona mediante a postulação de conexões entre objetos. Bevir advoga que a explicação racional não se acomoda à concepção científica (naturalista) de causalidade, uma vez que as conexões entre os objetos do interesse das ciências humanas não são conexões necessárias, porém dos tipos condicionais e volitivas. Uma conexão condicional indica que a relação estabelecida entre objetos não é nem necessária nem arbitrária. Conforme sintetiza Bevir,

as narrativas históricas não avançam inevitavelmente de um objeto para outro, com cada um sendo necessitado por seu predecessor e tornando necessário seu sucessor. Tampouco tropeçam ao acaso de um objeto para outro, com nenhum deles tendo uma relação significativa com os que lhe são adjacentes. Pelo contrário, as crenças, entrelaçamentos de crenças, tradições, e dilemas estão condicionalmente conectados entre si (Id., 1999, p. 313-4).

Enquanto as conexões condicionais referem-se às relações entre crenças dos agentes, tanto sincronicamente na rede de crenças quanto diacronicamente na tradição, as conexões volitivas referem-se às relações entre pro-attitudes e ações. Tais conexões são construídas para a explicação das distorções nas crenças dos agentes provocadas pela operação da vontade. “Conexões volitivas são o que o desejo cria quando ele toma uma decisão e então emite um comando correspondente” (Id., p. 30). As conexões condicionais referem-se a crenças racionais, sinceras e verdadeiras, e as conexões volitivas às formas distorcidas dessas crenças.

A ciência política interpretativa requer essa forma narrativa de explicação. Trata-se, não há dúvida, de uma de explicação não causal, mas ainda assim de explicação. Além disso, os interpretativistas recorrem a métodos pouco explorados na ciência política convencional. Além do recurso à história, posto em relevo na explicação narrativa, Bevir e Rhodes advogam a utilização de métodos etnográficos na ciência política: “história e etnografia são as melhores ferramentas para a construção de nossa história das construções de outras pessoas sobre o que elas estão fazendo; isto é, descrições densas das crenças e preferências dos indivíduos” (BEVIR & RHODES, 2003, p. 6).

Em sua reconstituição da história recente da ciência política, Bevir apresenta a abordagem interpretativa como uma espécie de coroamento da virada historicista radical nas ciências humanas nas últimas décadas. No campo da ciência política, a emergência do historicismo radical relaciona-se a influência de autores como Charles Taylor e Quentin Skinner, aos quais Bevir presta suas homenagens. Taylor invectivou contra o behaviorismo, ao mesmo tempo em que procurou fundamentar a natureza interpretativa da ciência política (TAYLOR, 1964; 1971). Skinner atribuiu um sentido histórico e contingente para as crenças que herdamos do passado, na medida em que sua historiografia ressaltou a importância das discontinuidades na história das idéias políticas (SKINNER, 1969). Bevir compreende a emergência do historicismo radical como uma resposta aos dilemas enfrentados pelo historicismo desenvolvimentista prevalecente na ciência política entre as duas últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Historicistas radicais “promoveram formas de entendimento e explicação que, do mesmo modo que as narrativas dos historicistas desenvolvimentistas, constituem estudos indutivos da vida humana em relação com contextos históricos”. No entanto, “diferentemente das narrativas dos historicistas desenvolvimentistas”, os historicistas radicais “não apelam a princípios fixos ou à razão e ao progresso com vistas a definir os contextos relevantes e a relacioná-los com o presente” (BEVIR, 2006, p. 597).

Ao rejeitar a teleologia vinculada ao historicismo desenvolvimentista, o historicismo radical “substitui princípios de razão, caráter e progresso pela sensibilidade ao disperso, à diferença e à discontinuidade” (Id., p. 598). Assim, abriu-se o caminho para uma concepção de ciência política mais atenta não apenas à historicidade, mas também à radical contingência das práticas e das instituições políticas. Mais do que isso: uma concepção de ciência política mais consciente da contingência do próprio conhecimento da vida política, pois práticas e instituições políticas são propriedades emergentes das relações entre os agentes individuais.

Ações, contudo, são sempre informadas por crenças que indivíduos sustentam, sejam essas crenças sinceras, conscientes e racionais, sejam crenças distorcidas pela impostura, a auto-impostura ou a irracionalidade. Sendo assim, parece claro que a pedra de toque do processo de interpretação das práticas e instituições políticas são as crenças que informam as ações dos agentes. Percebe-se aqui, de modo claro, a articulação entre a lógica da história das idéias apresentada por Bevir e programa de pesquisas do autor

no campo da ciência política. O estudo dos acontecimentos do passado, especialmente das idéias do passado, e o estudo das práticas e instituições políticas contemporâneas partem ambos da recuperação das crenças dos agentes relevantes em seus contextos de ação, sejam tais agentes filósofos e cientistas políticos, políticos propriamente ditos ou mesmo cidadãos ordinários. As práticas políticas são entidades emergentes das ações, e as instituições políticas, por seu turno, são entidades emergentes das práticas. Não é possível prever ou calcular os resultados das ações políticas porque os agentes reagem de modo criativo às influências de seu contexto. Esta é uma potencialidade derivada da “capacidade de agência”. Os modelos que têm a pretensão de estabelecer parâmetros de previsão pela descoberta de leis que regem os fenômenos estão desarmados para lidar com a contingência. Daí a vantagem da explicação pela narrativa, uma vez que as “narrativas revelam a diversidade de crenças e tradições sobre as quais repousam as instituições. Elas também mostram a natureza contingente e cambiante das instituições, visto que estas são constantemente recriadas por meio das ações particulares” (BEVIR & RHODES, 2003, p. 25).

Armado dos instrumentos conceituais da ciência política interpretativa, Bevir lança-se a um programa de pesquisas sobre a política britânica recente. Parte deste programa dedica-se à reconstituição das tradições que informam as diferentes narrativas sobre as transformações no governo do inglês desde a década de 1970. As tradições conservadoras, liberais e socialistas têm modos específicos de compreensão e explicação das transformações. Bevir e Rhodes (2003, 2006) procuram reconstituir tais tradições e examinar as narrativas que elas engendram. O foco nas tradições alimenta o momento de agregação no universo conceitual da ciência política interpretativa. Mas, para os autores, “uma abordagem interpretativa se movimenta para trás e para frente entre os conceitos agregados e as crenças de indivíduos específicos” (Id., 2003, p. 2). Assim, o cientista político não deve contentar-se com a reconstituição das tradições como agregações homogêneas de diferentes redes de crenças. Toda tradição revela-se multifacetada, quando investigada mais de perto. Autores em tradições intelectuais bem como políticos em tradições de práticas de governo podem e devem ser investigados como agentes que modificam as tradições a que se vinculam. Contudo, “dirigir o foco para agregados como as tradições ou para as crenças dos indivíduos é algo que dependerá das questões que se procura responder” (Id., 2003, p. 2).

Não há espaço aqui para tratarmos do modo como Bevir compreende as abordagens alternativas ao interpretativismo no campo da ciência política. Mas convém destacar que as críticas ao behaviorismo, à abordagem da escolha racional, ao institucionalismo e ao comunitarismo são constitutivas de sua defesa da ciência política interpretativa. Isso faz parte também de sua defesa da dimensão crítica do interpretativismo, complemento indispensável das dimensões compreensiva e analítica. A nosso ver, tanto as críticas do autor às abordagens alternativas quanto sua defesa da “ciência política interpretativa” articulam-se em torno de sua convicção básica de que “a ciência política tem que chegar a um acordo com a contingência inerente aos objetos que ela estuda” (BEVIR, 2005, p. 14).

Considerações finais

Palonen e Bevir dedicam-se à promoção de programas de pesquisa em ciência política voltados para a valorização do conhecimento da história, especialmente da história das idéias (ou dos conceitos). O esforço de temporalização do conceito de política realizado por Palonen e a ciência política interpretativa de Bevir têm realmente muito em comum, mas há também distinções dignas de nota. A principal delas refere-se às diferenças de estilo e de linguagem entre as duas grandes tradições intelectuais que influenciam suas respectivas reflexões sobre história. A história dos conceitos de Palonen fala a língua da tradição continental, marcada principalmente pela contribuição do pensamento alemão. Vimos o lugar de relevo atribuído por Palonen a autores como Weber e Koselleck. Palonen, contudo, modifica esta tradição, incorporando elementos da abordagem do historiador inglês Quentin Skinner, autor claramente vinculado à tradição analítica anglófona, a qual também se vincula Bevir. Vimos ainda que a incorporação das contribuições de Skinner no arcabouço da história dos conceitos só se realiza na medida em que Palonen faz uma leitura dos textos de Skinner que dá ênfase a um momento mais recente e a determinada dimensão da obra do professor de Cambridge. As formulações de Skinner sobre o papel da retórica nas disputas intelectuais e políticas são elementos que permitem a Palonen uma espécie de radicalização da tese de inspiração koselleckiana acerca da temporalização dos conceitos. Para usar uma expressão de Skinner, diríamos que o *lance (move)* de Palonen consiste em estreitar a conexão entre os processos de temporalização e de politização dos conceitos, conexão que

o autor vê intensificar-se com a “democratização” da política ocorrida ao longo dos séculos XIX e XX.

É inspirado nesse programa de politização dos conceitos que Palonen faz sua avaliação da teoria da história de Mark Bevir. Palonen admite estar “ao lado de Bevir em inúmeros de pontos controversos”, notadamente na defesa do “individualismo procedural” (PALONEN, 2000, p. 301). Destaca também que considera Bevir um autor de “perspectiva original” e um “audacioso construtor de sistema” (Id., 2003a, p. 175). Todavia, critica Bevir por supostamente retornar a uma “antiga e mais filosófica forma de ‘história das idéias’” (Id., Ibid.), e associa o empreendimento do teórico inglês com a vertente historiográfica do filósofo norte-americano Arthur Lovejoy, associação que Bevir rejeita categoricamente (BEVIR, 1999, p. 315). Conforme Palonen, a insistência de Bevir em tratar a história das idéias nos termos de sua “lógica” o impediria de considerar o papel da política e da retórica na história do pensamento, passando ao largo da “revolução skinneriana”.

Bevir responde afirmando que “ao invés de contrastarmos o estudo historiográfico da retórica com a análise lógica da intencionalidade, nós devemos reconhecer que o primeiro somente pode proceder em relação ao segundo” (Id., 2000e, p. 349). Sustenta que sua lógica da história das idéias, concebida como a gramática dos conceitos que operam na referida disciplina, não pode ser reduzida à preocupação com o poder e a retórica, como se tornou moda entre as abordagens pós-modernas. Por outro lado, questões relativas ao poder e à retórica na história das idéias só podem ser devidamente equacionadas a partir de uma adequada compreensão da lógica da disciplina.

Referindo-se à história dos conceitos, é a vez de Bevir colocar sob suspeição o ponto de partida de Palonen, lançando dúvidas sobre as supostas vantagens de se tomar o “conceito” como a unidade central da análise, tal como se subentende no programa da *Begriffsgeschichte*. Apelando ao holismo semântico de Wittgenstein e seus seguidores anglófonos, Bevir destaca que conceitos não têm significados quando tomados isoladamente. Eles só adquirem significados na sua relação com outros conceitos, quando de seus usos em argumentos. Assim, “uma vez que nós permitimos que conceitos possam reportar apenas em relação a outro, nós devemos buscar, como nossa unidade principal de análise histórica, algo diferente de conceitos individuais isolados; nós devemos focar, em primeiro lugar, na rede de crenças, tradições, atos de fala, problemas e discursos que dão sentido a conceitos singulares” (Id.,

p. 279) Aqui, o autor ecoa uma conhecida e repetida afirmação de Skinner, mediante a qual o representante de Cambridge expressa seu ceticismo em relação ao “valor de escrever histórias de conceitos ou de ‘idéias unitárias’”, sustentando que “as únicas histórias das idéias que devem ser escritas são as histórias de seus usos na argumentação” (SKINNER, 2002, p. 86). Bevir sugere que a abordagem de Koselleck não dá devida ênfase à agência humana na história, permanecendo, portanto, sem os meios intelectuais necessários para compreender e explicar a mudança conceitual.

Mas essas críticas de Bevir à abordagem koselleckiana não precisam aplicar-se necessariamente às elaborações mais recentes de Palonen, cada vez mais próximas, pela via skinneriana, de uma história focada no agente e na agência, embora Palonen prefira falar em política e ação. Ao final de seu extenso estudo sobre o conceito de política como atividade, ele afirma que teve que “revisar” sua prática. Após ter perseguido as manifestações do conceito de política como atividade em autores dos séculos XIX e XX, ele se diz preparado para “reconhecer integralmente o insight wittgensteiniano de que o significado de um conceito reside em seu uso” (PALONEN, p. 286).

Vale concluir retornando à nossa constatação inicial segundo a qual, a despeito das muitas distinções entre as perspectivas historiográficas de Bevir e Palonen, é digno de atenção o fato de ambos estarem juntos na defesa de uma ciência política informada pela história – e pela história intelectual, em particular. Uma modalidade de ciência política que, diferentemente das modalidades dominantes, aceita os dilemas postos pelo reconhecimento da temporalidade e da contingência dos fenômenos políticos bem como do próprio conhecimento sobre tais fenômenos.

Referências bibliográficas

- BEVIR, Mark. (1992), “The errors of linguistic contextualism”. *History and Theory*, v. 31, p. 267-98.
- _____. (1994), “Are there perennial problems in political theory?”. *Political Studies*, XLII, p. 662-75.
- _____. (1997), “Mind and method in the history of ideas”. *History and Theory*, v. 36, p. 167-9.
- _____. (1999), *The logic of the history of ideas*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (2000a), “Narrative as a form of explanation”. *Disputatio*, v. 9. Lis-

- boa, p. 10-8.
- _____. (2000b), "Meaning and intention: a defence of procedural individualism". *New Literary History*, v. 31, p. 385-403.
- _____. (2000c), "On tradition". *Humanitas*, v. 13, p. 28-53.
- _____. (2000d), "The text as a historical object". *Finnish Yearbook of Political Thought*, v. 4.
- _____. (2000e), "Philosophy, rhetoric, and power: a response to critics". *Rethinking History*, v. 4, p. 341-50.
- _____. (2003a), "Notes toward an analysis of conceptual change". *Social Epistemology*, v. 17, p. 55-63.
- _____. (2003b), *Interpreting British governance*. London: Routledge.
- _____. (2005), *New labor: a critique*. London: Routledge.
- _____. (2006), "Political studies as narrative and science, 1880-2000". *Political Studies*, v. 1, n.º. 54, p. 583-606.
- _____. & Rhodes, Rod. (2003), *Governance stories*. London: Routledge.
- IGGERS, Georg G. (1995), "Historicism: the history and meaning of the term". *Journal of the History of Ideas*, v. 56, p. 129-52.
- KOSELLECK, Reinhart. (2006), *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- PALONEN, Kari. (1996), "Max Weber's reconceptualization of freedom". *Political Theory*, v. 27, n.º. 4, p. 523-44.
- _____. (1997a), "An application of conceptual history to itself: from method to theory in Reinhart Koselleck's Begriffsgeschichte". *Finnish Yearbook of Political Thought*, v. 1, p. 39-69.
- _____. (1997b), "Quentin Skinner's rhetoric of conceptual change". *History of the Human Sciences*, v. 10, n.º. 2, p. 61-80.
- _____. (1999), "Rhetorical and temporal perspectives on conceptual change: theses on Quentin Skinner and Reinhart Koselleck". *Finnish Yearbook of Political Thought*, p. 41- 59.
- _____. (2000), "Logic or rhetoric in the history of political thought? Comments on Mark Bevir". *Rethinking history*, v. 4, n.º. 3, p. 301-10.
- _____. (2002a), "The history of concepts as a style of political theorizing: Quentin Skinner's and Reinhart Koselleck's subversion of normative political theory". *European Journal of Political Theory*, v. 1, n.º. 1, p. 91-106.
- _____. (2002b), "Rehabilitating the politician on a neglected genre in political theorizing". *European Journal of Sociology*, p. 132-53.

- _____. (2003), *Quentin Skinner: history, politics, rhetoric*. Cambridge: Polity Press.
- _____. (2005), "Political theorizing as a dimension of political life". *European Journal of Political Theory*, v. 4, n.º. 4, p. 351-66.
- _____. (2006), *A struggle with time: a conceptual history of politics as an activity*. Münster: LIT.
- _____. (2007a), "Tempos da política e temporalização conceitual: um novo programa para a história conceitual". In: Jasmin, Marcelo G. & Feres Jr., João. (orgs.) *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: PUC/Loyola.
- _____. (2007b), "Politics or the political? An historical perspective on a contemporary non-debate". *European Political Science*, v. 6, p. 69-78.
- POPPER, Karl R. (1980), *A miséria do historicismo*. São Paulo: Cultrix/Edusp.
- RABINOW, Paul & SULLIVAN, W. (eds.). (1979), *Interpretive social science: a reader*. Berkeley: University of California Press.
- _____. (1987), *Interpretive social science: a second look*. Berkeley: University of California Press.
- RICHTER, Melvin. (1995), *The history of social and political concepts: a critical introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- SCOTT, Joan W. & KEATS, Debra. (2001), *Schools of thought: twenty-five years of interpretive social science*. Princeton: Princeton University Press.
- SKINNER, Quentin. (1969), "Meaning and understanding in the history of ideas". *History and Theory*, v. 8, n.º. 1.
- _____. (1988), "Motives, intentions and interpretation of texts". In: Tully, J. (ed.), *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Cambridge: Polity Press.
- SPIEGEL, Gabrielle M. (ed.), (2005), *Practicing history: new directions in historical writing*. London: Routledge.
- TAYLOR, Charles. (1964), *The explanation of behavior*. London: Routledge.
- _____. (1971), "Interpretation and the sciences of the man". *Review of Metaphysics*, v. 25.

Resumo

O artigo analisa os programas de pesquisas dos politólogos Mark Bevir e Kari Palonen, autores dedicados à promoção de uma modalidade ciência política informada pelo co-

nhecimento histórico. O enfoque interpretativo de Bevir e o enfoque retórico de Palonen vinculam-se a tradições distintas. Bevir inscreve-se na tradição analítica e pós-analítica anglófona e Palonen, na tradição continental. Serão indicadas as distinções centrais entre a “história das idéias” de Bevir e a “história dos conceitos” de Palonen, revelando-se as influências dessas variantes de história intelectual nas abordagens da ciência política dos dois autores. Ver-se-á que, inobstante importantes distinções, ambos estão de acordo quanto à natureza radicalmente histórica, contingente e interpretativa da ciência política.

Palavras-chave: História intelectual; ciência política interpretativa; Mark Bevir; Kari Palonen.

Abstract

The article analyses the research agendas of Mark Bevir and Kari Palonen, political analysts dedicated to the promotion of a political science guided by historical knowledge. The interpretive focus in Bevir and the rhetorical focus in Palonen are associated with different traditions. Bevir is part of the Anglophonic analytical and post-analytical tradition, while Palonen is part of the continental one. The article points to central distinctions between Bevir’s “history of ideas” and Palonen’s “history of concepts”, and considers the different influences on the approaches of political science in both authors. It argues that, although there are important distinctions between the two authors, they agree about the radically historical, contingent and interpretive nature of political science.

Key-words: intellectual history; interpretive political science; Mark Bevir; Kari Palonen.

Recebido em agosto de 2008.

Aprovado para publicação em outubro de 2008.